

## Acompanhamento da política de turismo na Região Turística de Brasília: entre 2004 e 2024

*Monitoring a tourism policy in the Tourist Region of Brasília: 2004-2024*

*Seguimiento de una política de turismo en la Región Turística de Brasília: 2004-2024*

Diogo Diniz de Sousa<sup>1</sup>

---

Este artigo foi recebido em 12 de ABRIL de 2024 e aprovado em 11 de AGOSTO de 2025

---

**Resumo:** Brasília é a terceira maior cidade, em número de habitantes, do Brasil e tem um sistema turístico consolidado, sobretudo em decorrência da segmentação de negócios e eventos. Em 2004, o Ministério do Turismo instituiu o Programa de Regionalização do Turismo, a partir do qual foi criada a região turística da capital brasileira, vinculando parte da gestão pública local às diretrizes da política pública federal. Passados vinte anos de sua implementação, este artigo, a partir do método de estudo de caso e da metodologia de análise de conteúdo de referenciais bibliográficos e documentais, faz a análise de acompanhamento, a partir dos parâmetros elencados por Sousa (2023), considerados transversais das premissas da política: a) a dinamização econômica; b) a descentralização administrativa; e c) a democratização política. Observa-se, no recorte territorial deste artigo, uma eficácia no tocante as duas primeiras, porém um avanço tímido e quase inexistente da terceira, o que faz com que a implementação do Programa de Regionalização do Turismo na localidade alcance resultados parciais. Por fim, este artigo implica em um potencial diagnóstico para auxiliar a gestão pública local no tocante à implantação de tal política pública.

**Palavras-chave:** Turismo. Políticas públicas. Programa de regionalização do turismo. Brasília.

**Abstract:** Brasília is the third largest city, in terms of population, in Brazil and has a consolidated tourism system, mainly due to business and event segmentation. In 2004, the Tourism Regionalization Program was conceived by the Ministry of Tourism, and the tourist region of the Brazilian capital was created, with part of the local public management being linked to federal public policy. Twenty years after its implementation, this article, based on the case study method and the methodology of content analysis of bibliographical and documentary references, conducts its follow-up analysis, based on the parameters listed by Sousa (2023), considered cross-cutting of policy premises: a) economic dynamism; b) administrative decentralization; and c) political democratization. It is observed, in the territorial scope of this article, an effectiveness regarding the first two, but a timid and almost non-existent advancement of the third, which leads to the implementation of the Tourism Regionalization Program in the locality achieving partial results. Finally, this article implies a potential diagnosis to assist local public management regarding the implementation of such public policy.

**Key words:** Tourism. Public policies. Tourism regionalization program. Brasília.

**Resumen:** Brasília es la tercera ciudad más grande, en términos de población, de Brasil y tiene un sistema turístico consolidado, principalmente debido a la segmentación de negocios y eventos. En 2004, el Ministerio de Turismo concibió el Programa de Regionalización del Turismo, y se creó la región turística de la capital brasileña, con parte de la gestión pública local vinculada a la política pública federal. Veinte años después de su implementación, este artículo, basado en el método de estudio de caso y la metodología de análisis de contenido de referencias bibliográficas y documentales, realiza su análisis de seguimiento, basado en los parámetros enumerados por Sousa (2023), considerados transversales de las premisas políticas: a) dinamismo económico; b) descentralización administrativa; y c) democratización política. Se observa, en el ámbito territorial de este artículo, una efectividad en lo que respecta a las dos primeras, pero un avance tímido y casi inexistente de la tercera, lo que lleva a que la implementación del Programa de Regionalización del Turismo en la localidad alcance resultados parciales. Finalmente, este artículo implica un diagnóstico potencial para ayudar a la gestión pública local con respecto a la implementación de dicha política pública.

**Palabras Clave:** Turismo. Políticas públicas. Programa de regionalización del turismo. Brasília.

---

<sup>1</sup>**Formação/curso:** Graduado em Turismo, mestre e doutorando em Geografia. **Instituição:** UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB, Brasília – DF, Brasil. **E-mail:** diogo.diniz@unb.br

## **ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024**

### **1 Introdução**

Brasília, com um sistema turístico consolidado, especialmente nos segmentos de negócios e eventos e turismo cívico, passou a compor, em 2004, o Programa de Regionalização do Turismo – PRT. Essa política pública buscou integrar ações entre o setor público, privado e a sociedade civil, promovendo descentralização administrativa e participação social por meio de instâncias de governança, como o Conselho de Desenvolvimento do Turismo – CONDETUR. Passados 20 anos, este artigo traz ao debate a evolução dessa política pública neste recorte, de modo a acompanhar os seus efeitos. Assim, como justificativa, busca-se compreender a implementação do PRT em Brasília, oferecendo contribuições ao debate sobre o papel do turismo no desenvolvimento socioeconômico da capital federal. Este estudo pretende ser um referencial tanto para agentes públicos e privados quanto para futuras pesquisas relacionadas ao acompanhamento do PRT e ao contexto geográfico de Brasília.

Este estudo tem como objetivo geral analisar os resultados do PRT em Brasília, considerando três dimensões fundamentais – a dinamização econômica, a descentralização administrativa e a democratização política –, a partir de uma abordagem metodológica que combina a análise de conteúdo de dados qualitativos e quantitativos.

Para isso, o passo fundamental para essa elucidação é o entendimento do que são políticas públicas. De acordo com Bucci (1997), políticas públicas são conjuntos de ações implementadas pelo governo com o objetivo de atingir metas específicas em determinado período, visando o bem-estar coletivo ou a solução de problemas. Conforme Galvão (2009), o contexto econômico-político é essencial para o desenvolvimento de tais políticas. Na realidade brasileira, há dois momentos paradigmáticos nos últimos quarenta anos: o neoliberal e o pós-neoliberal. Sobre o primeiro, as características incluíam o constante enxugamento do tamanho e da capacidade estatal de indução da economia, bem como parcerias com a iniciativa privada, seja por meio de coalizões, seja pela inserção de seus representantes na gestão pública (SCHMIDT, 1999).

A partir do final da década de 1990, com a ascensão de partidos políticos de esquerda e centro-esquerda em diversos países da América Latina, observou-se a introdução de políticas públicas pós-neoliberais que passaram a ser formuladas em oposição à lógica neoliberal dominante até então. Por sua vez, as políticas pós-neoliberais ainda mantêm aspectos dessa lógica, porém com um maior peso do Estado na indução do desenvolvimento socioeconômico dos Estados-nação, como aborda Stolorowicz (2020). Nesse contexto, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, do centro-esquerdista

**ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE  
TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE  
BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024**

Partido dos Trabalhadores, o turismo também passou por mudanças, incluindo a desconcentração administrativa. Isso se materializou na criação de um ministério próprio, cujas políticas, além da possibilidade de buscar emendas parlamentares, permitiram a criação de ações específicas, sem a necessidade de submissão a outras áreas e interesses de agentes externos, como apontam Sansolo e Cruz (2003). Dentro dessa lógica, foi criado o I Plano Nacional de Turismo.

Essa política, vigente entre 2003 e 2007, incluiu aspectos que, conforme Sancho e Irving (2010), eram indispensáveis para sua execução: a) integração entre instâncias de poder – municipal, estadual e federal; b) criação de câmaras temáticas para o diálogo com agentes extraestatais; c) fortalecimento do Conselho Nacional de Turismo, promovendo maior aproximação desses agentes para consulta e deliberação sobre políticas públicas; d) aprimoramento da promoção e da informação sobre o turismo; e) aumento e melhoria da infraestrutura turística; e f) estruturação e diversificação da oferta turística.

Ao se atentar a esses aspectos, especialmente ao último, Trentin e Frattucci (2011) destacam que uma ação política deveria unificar essas diretrizes. Segundo os autores, a abordagem territorial foi a solução adotada, levando ao ordenamento baseado na regionalização do turismo.

Dessa forma, em 2004, foi criado o PRT. De acordo com Brasil (2013) e Sousa (2015), o programa é fundamentado em premissas que se materializam no aspecto territorial, formando regiões turísticas caracterizadas pela gestão integrada entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil, com base em instâncias de governança.

A participação desses agentes auxilia a gestão pública do turismo, consubstanciada pelo compartilhamento de ações entre a administração pública e o setor produtivo de diferentes cidades interligadas pelo fluxo turístico, além de equipamentos e serviços segmentados. No ato de criação do PRT, segundo Chaves e Secchi (2022), havia 219 regiões turísticas englobando 3.203 municípios, em um universo de aproximadamente 5,5 mil.

Brasília, capital do Brasil, cuja delimitação é a mesma do Distrito Federal, está na região Centro-Oeste do Brasil, a uma altitude média de 1.172 metros acima do nível do mar, com a predominância de planaltos em sua geomorfologia. Segundo dados mais recentes do Censo 2022, a cidade tem um pouco mais de 2,8 milhões de habitantes, majoritariamente concentrados em área urbana, com o índice de desenvolvimento humano considerado “muito alto”, de 0,82, e uma renda per capita de cerca de R\$ 82 mil reais, a mais alta do Brasil.

**ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE  
TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE  
BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024****Figura 1.** Localização de Brasília no território brasileiro, em vermelho

Fonte: Sousa (2018)

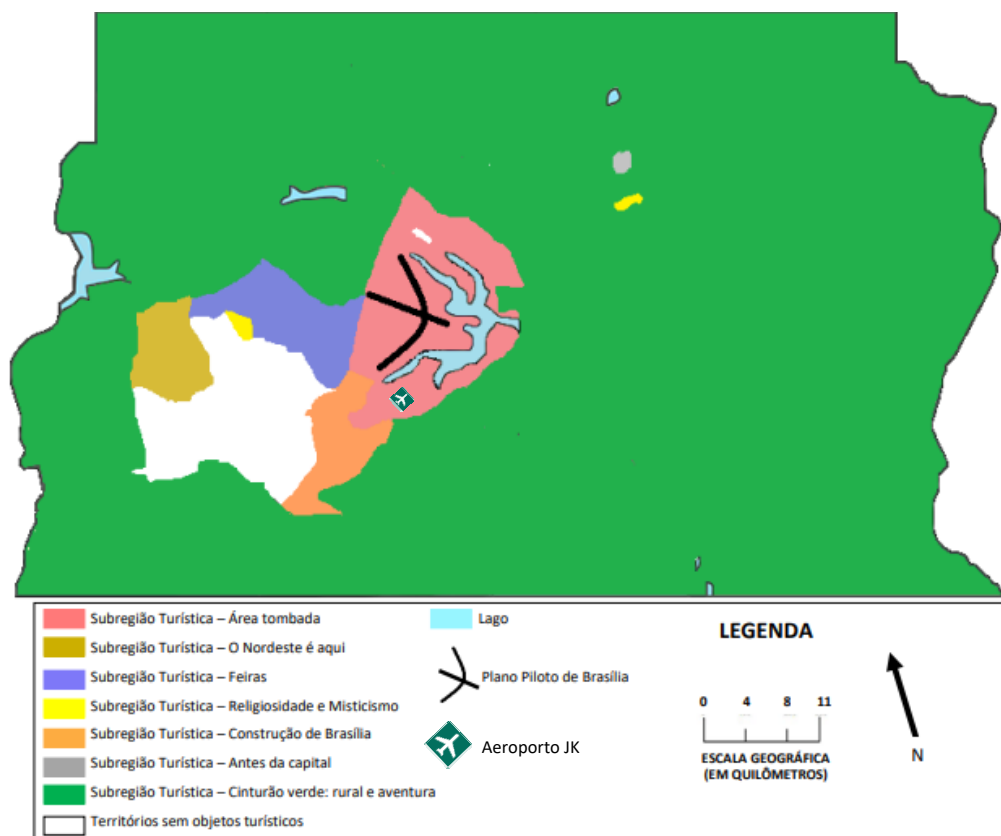
Segundo Sousa (2015), Brasília é uma das cidades que mais geram fluxos turísticos no país. Em 2023, de acordo com dados da Secretaria de Turismo do Distrito Federal, a cidade recebeu cerca de 5,3 milhões de visitantes, sendo nove em cada dez provenientes do próprio Brasil. O principal meio de transporte utilizado foi o aéreo, seguido pelo rodoviário (DISTRITO FEDERAL, 2024).

Segundo Silva (2007), tanto os turistas quanto a maior parte dos equipamentos e serviços turísticos de Brasília concentram-se na área tombada, localizada na Região Administrativa do Plano Piloto – espaço urbano planejado por Lúcio Costa que abrange quase toda a área protegida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Nessa região, conforme ilustrado nas Figuras 2 e 3, encontram-se a maioria dos hotéis, restaurantes, agências de viagens, transportadoras turísticas e os principais atrativos da cidade, como o conjunto governamental da Esplanada dos Ministérios, a Catedral Metropolitana de Brasília, a Torre de TV e o Templo da Boa Vontade, vinculado à Legião da Boa Vontade (LBV). As demais regiões administrativas são frequentadas predominantemente por

## ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024

moradores locais, que, segundo Sousa (2018), praticam modalidades de turismo rural e de aventura, realizando o chamado turismo dentro da própria cidade – fenômeno discutido por Gastal e Moesch (2007).

**Figura 2.** Brasília e seus territórios turísticos, por nicho de segmentação de turismo, com a concentração dos principais atrativos na área tombada, representada na cor rosa, onde a segmentação predominante são a de turismo de negócios e eventos e o turismo cívico, conforme Sousa (2018).



Fonte: Sousa (2018)

Segundo Sousa (2015), a consolidação do PRT em Brasília baseou-se em premissas estabelecidas ao longo de oito anos. Em 2004, foi criada a Região Turística de Brasília, correspondente às divisas do Distrito Federal. Em 2011, foi instituído o Conselho de Desenvolvimento do Turismo – CONDETUR, composto por membros do governo e representantes da iniciativa privada e do terceiro setor. Em 2012, a normatização do setor ocorreu com a vinculação expressa da gestão pública às demandas do PRT, conforme o Artigo 7º da Lei 4.883, de 11 de julho de 2012, que criou mecanismos de ação e coordenação do turismo na Região Turística de Brasília.

Passados vinte anos da institucionalização da Região Turística de Brasília e dez anos da incorporação do PRT à gestão pública local, este artigo tem como objetivo analisar essa política

## ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024

pública na capital do país. Especificamente, a análise será conduzida a partir de três parâmetros, seguindo a metodologia de Sousa (2023): a) a dinamização econômica; b) a descentralização administrativa; e c) a democratização política.

### 2 Referencial teórico

O Programa de Regionalização do Turismo constitui-se como uma política pública, pois, em tese, foi pensado ao longo dos últimos vinte anos e, portanto, concebido a longo prazo. Durante esse intervalo, houve a ascensão de cinco governos: Lula, entre 2003 e 2011; Dilma, entre 2011 e 2016; Temer, de 2016 a 2019; Bolsonaro, de 2019 a 2023; e, novamente, o governo Lula. Nesses períodos, diversas decisões políticas e políticas governamentais foram implementadas para aperfeiçoá-lo, com base em sistematizações de supervisão das atividades de implementação, fornecendo as informações necessárias para a introdução de correções, como explicam Rocha, Junior e Santos (2007).

Dessa forma, interpretando Saravia (2006), percebe-se que o Programa de Regionalização do Turismo perpassa essas características descritas anteriormente. Ao ater as políticas públicas a partir da processualidade, percebe-se uma continuidade e um rejuvenescimento de suas ações e demandas permanentes, cujo funcionamento assemelha-se a de um ciclo.

Para Rua (1997), o ciclo de políticas públicas tem quatro estágios fundamentais: a formação da agenda, em que o “problema” torna-se público e coletivo; logo, a sua resolução passa a ser, para o senso comum, prioritária. Em seguida, tem-se a formulação de alternativas e as tomadas de decisão, em que são decididos e definidos os caminhos a serem tomados pelos *policy makers* para enfrentar o problema; depois, a implementação, a execução da política e seu devido acompanhamento; e, por fim, a avaliação e os ajustes necessários da política após a sua execução.

Nesses dois últimos estágios – na implementação e na avaliação – há instrumentos de monitoramento, ou seja, mecanismos para visualizar se a política está, de fato, cumprindo as metas, objetivos e diretrizes e conseguindo enfrentar o problema, pensados durante a formulação de alternativas.

Assim, no processo de monitoramento, estabelece-se uma dicotomia entre os mecanismos que atuam durante a vigência da política pública — isto é, o acompanhamento — e aqueles que se desenvolvem posteriormente, após o encerramento do ciclo, correspondendo à fase de avaliação. Esse entendimento é discutido de forma taxativa por Saravia (2009), que, em consonância com Rua (1997), distingue o acompanhamento da avaliação. Para o autor, a avaliação está relacionada aos efeitos produzidos por uma política pública após sua extinção, considerando os resultados alcançados em

**ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE  
TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE  
BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024**

determinado contexto e realidade. Já o acompanhamento ocorre paralelamente à implementação, permitindo que a política seja executada e ajustada de forma simultânea.

Para este artigo, seguindo a perspectiva de Saravia (2009) e Rua (1997), o objetivo não é realizar uma avaliação, uma vez que o PRT ainda se encontra em vigência, mas um acompanhamento — ou seja, a observação do conjunto de ações planejadas e implementadas na fase de execução, as quais foram definidas e especificadas durante a etapa de elaboração e formulação do Programa de Regionalização do Turismo, ainda na década de 2000.

Esses conjuntos de ações foram consubstancializados como premissas da política pública, definidas a partir de demandas dirigidas pelos sujeitos do turismo naquele momento. Quando essas premissas foram institucionalizadas, conforme Rua (1997), tornaram-se inputs do Programa de Regionalização do Turismo. Segundo Brasil (2013), esses inputs podem ser elencados em cinco premissas: a) participação social; b) inclusão; c) descentralização; d) competitividade; e e) abordagem territorial.

Conforme Fernandes (2013), desde a Constituição de 1988, há um incentivo ao fomento e aumento da participação social nas decisões políticas do turismo. Isso foi catalisado a partir da recriação do Conselho Nacional do Turismo – CNT, ainda durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que criou uma instância de governança que, ainda hoje, abriga sujeitos do turismo. Com um viés consultivo, o CNT possui atualmente 89 membros, sendo 48 representados pela sociedade civil, dos quais 36 são representantes do setor produtivo. No Programa de Regionalização do Turismo, segundo Pinheiro, Maracajá e Chim-Miki (2020), a participação social está integrada à inclusão e à abordagem territorial, concretizando-se nas regiões turísticas.

Essas participações ocorrem em instâncias de governança regionais, que devem reunir, além de atores políticos e intraestatais, participantes da sociedade civil. A intenção desses colegiados é promover a descentralização administrativa, de modo que as deliberações propostas tenham o respaldo e a legitimidade dos próprios membros do colegiado.

Conforme Conceição (2020), a descentralização administrativa e a participação social no Programa de Regionalização do Turismo estão intrinsecamente interligadas, pois sua indissociabilidade ocorre como um complemento de ambos: só há participação popular porque existe uma instância de governança, e esta só possui legitimidade quando há participação popular. Por sua vez, a participação popular ocorre pela inclusão política dos sujeitos, e só há a existência de todos esses elementos quando uma região turística é institucionalizada. Portanto, para o acompanhamento do Programa de Regionalização do Turismo, é imprescindível observar o par descentralização-participação em uma região turística.

**ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE  
TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE  
BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024**

Já a competitividade diz respeito à dinamização econômica do turismo. Esta dimensão, amplamente analisada nos estudos de acompanhamento e avaliação, conforme apontam Paula e Moesch (2013), quando tratada de forma puramente econômica, torna-se limitada, pois foca apenas em uma análise contábil, sem interconexões transdisciplinares com outras dimensões, como a social, a cultural e a espacial, que são essenciais para a práxis do fenômeno turístico.

Para Sen (2013), essa abordagem negligencia as reais necessidades dos seres humanos em determinada localidade. Por isso, para acompanhar a competitividade como um input do Programa de Regionalização do Turismo, deve-se percebê-la como um fator dinamizador que inclua elementos não meramente contábeis, mas que promovam e impulsionem o desenvolvimento econômico, melhorando as condições econômicas de uma comunidade.

Dessa maneira, este artigo resgata a pesquisa de Sousa (2023), que, a partir de parâmetros de análise — o trinômio dinamização econômica-descentralização política-democratização política —, forneceu informações necessárias para observar a execução de uma política de turismo, especificamente do Programa de Regionalização do Turismo.

Sendo assim, o recorte espacial desta pesquisa é a Região Turística de Brasília, cujo território é semelhante ao do Distrito Federal. Conforme demonstram Carneiro (2014) e Sousa (2015), é possível identificar essas premissas nas decisões políticas do turismo local, bem como uma transmutação dos inputs da política federal para a política distrital. Portanto, entende-se que é possível, em teoria, realizar uma análise pelo trinômio citado no parágrafo anterior para acompanhar o turismo no Distrito Federal.

Sobre o primeiro parâmetro, o da dinamização econômica, este artigo utilizará os textos da Universidade de Brasília (2010) e os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED e a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Este último relaciona os dados qualiquantitativos do Observatório do Turismo do Distrito Federal com a realidade socioeconômica do turismo no recorte. O trabalho publicado pela Universidade de Brasília (2010) apresenta um estudo aprofundado, publicado em livro, sobre o impacto do turismo no Distrito Federal, disponibilizando variáveis contábeis, mas também interpretando esses dados em um contexto complexo e a partir de uma perspectiva socioeconômica.

Já para o segundo parâmetro, a descentralização administrativa, e o terceiro, a democratização política, este artigo utilizará, de forma central, os trabalhos de Sousa (2015; 2018). Ao longo de quatro anos, o autor aprofundou sua linha de pesquisa sobre a gestão do Programa de Regionalização no recorte espacial deste trabalho — a Região Turística de Brasília —, suas consequências e contradições.



## **ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024**

Em seus estudos, ele ilustra o funcionamento da instância de governança do turismo local e a atuação dos sujeitos que nele possuem assentos.

Por meio de análise de conteúdo das atas, publicadas no sítio eletrônico da Secretaria de Turismo do Distrito Federal, e de pesquisa de campo, serão observados o funcionamento do CONDETUR, suas diretrizes e limitações. De forma complementar, este artigo utilizará os trabalhos de Gastal e Moesch (2007) e Rodrigues (2015) para subsidiar elementos teóricos que corroborem as pesquisas de Sousa (2023).

### **3 Metodologia**

A metodologia de análise de conteúdo tem como elemento primordial a análise crítica acerca de um processo ou fenômeno que ocorre na realidade. Ela se realiza, objetivamente, segundo o autor, pelo ato de elencar categorias mensuradas de maneira empírica a partir da observação do pesquisador (BARDIN, 2016). Isso pode ser evidenciado pela classificação de informações disponíveis em referenciais documentais, eletrônicos e bibliográficos, relacionando-as com essas mesmas categorias, estipuladas anteriormente no decorrer da pesquisa (SANTOS, 2012).

Este artigo tem como finalidade analisar o Programa de Regionalização do Turismo, mais precisamente, o acompanhamento da política pública. Para observar a realidade do fenômeno no recorte pesquisado, a cidade de Brasília, foram estipulados três parâmetros derivados de temas transversais apresentados como premissas e inputs da política pública. Dessa forma, foram elencados três parâmetros de análise para esta pesquisa: a) dinamização da economia; b) descentralização da governança; e c) democratização da política.

Sousa (2023) propõe parâmetros para o acompanhamento do turismo a partir dessas três dimensões. O primeiro parâmetro de análise aborda o turismo sob a perspectiva da dinamização da economia e examina como esse elemento influencia a criação de empregos e a geração de renda. Esses dados proporcionam informações sintomáticas que podem ser quantitativamente mensuradas, conforme indicado por Urry (2007), além de possibilitar a avaliação de expectativas de crescimento ou declínio, perspectivas de investimento e aportes de recursos, bem como o impacto positivo do turismo no crescimento da renda e do emprego. Esses efeitos tendem a ser benéficos no curto prazo, mas também se consolidam como impulsionadores do desenvolvimento.

Serão observados três dados econômicos do turismo e sua historicização: a) o incremento do turismo na economia do Distrito Federal, com sua participação na composição econômica local; b) o aumento ou diminuição do emprego no setor de turismo do Distrito Federal; e c) a evolução histórica

**ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE  
TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE  
BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024**

desses componentes. Os referenciais bibliográficos fornecerão essas informações de modo a permitir a análise da dinamização econômica provocada pelo turismo.

O segundo parâmetro é examinado por meio da descentralização da governança. É crucial salientar, conforme destacado por Kingdon (1995), que esse aspecto é principalmente de natureza administrativa, caracterizando-se pelo envolvimento da gestão pública com outras instâncias de poder ou governança para fins consultivos ou deliberativos. Isso inclui decidir se a formulação de políticas públicas será realizada exclusivamente dentro das instituições estatais ou se incluirá a contribuição de setores empresariais ou sociais.

Como apontado por Rodrigues (2015), a descentralização, por si só, não representa um elemento de democratização, podendo até ser considerada um retrocesso quando a estrutura institucional existente se revela ineficiente. Serão observadas as ações realizadas pela Secretaria de Turismo do Distrito Federal, a partir da criação de normativas, como decretos e leis, visando descentralizar a gestão por meio da composição de instâncias, conselhos, câmaras e órgãos similares para a tomada de decisões políticas no recorte geográfico de Brasília. Pesquisas teóricas, como monografias, dissertações, teses e artigos, também serão consultadas para fornecer embasamento a essa análise.

O terceiro parâmetro, que diz respeito à democratização da política, emerge como um desdobramento do ponto anterior. Conforme destacado por Gastal e Moesch (2007), ao contrário da simples descentralização, a democratização está diretamente ligada à concepção de poder e à tomada de decisões por diferentes atores, promovendo a participação ativa na formulação de políticas e na transformação da realidade. Além disso, segundo as autoras, a democratização não se limita à mera oportunidade de viajar. Elas afirmam que a democratização representa uma via de mão dupla, envolvendo tanto a participação da sociedade civil no planejamento e na tomada de decisões quanto a ampliação das condições de viagem, especialmente para aqueles com menor poder aquisitivo.

Para mensurar esse critério metodologicamente, é essencial considerar o escopo dessa democratização: quem participa, quem são os agentes envolvidos e se a participação é deliberativa ou meramente consultiva. Ou seja, não basta descentralizar, o que já representa um passo em direção às premissas da política pública; é necessário qualificar essa participação, observando se, de fato, ela é efetiva ou não.

## ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024

### 4 Resultados e discussões

Brasília, capital do Brasil, conforme dados de Brasil (2023a), está entre as dez cidades com o maior fluxo de turistas do país, sobretudo em decorrência do segmento de turismo de negócios e eventos. Na cidade, ocorrem eventos ligados ao governo federal e local, bem como a organismos internacionais e associações privadas, que promovem encontros anuais e, com isso, atraem turistas. Em menor grau, há um fluxo de turismo cívico, cuja característica é marcada pela visita de monumentos, órgãos públicos e instituições governamentais.

Historicamente, sempre houve um consistente mercado turístico em Brasília. Porém, somente nos últimos vinte anos ocorreu uma mensuração mais profunda, a partir de pesquisas acadêmicas ou mercadológicas, do turismo no Distrito Federal, conforme Sousa (2015). A primeira análise aprofundada sobre a dimensão econômica foi publicada em 2002, por meio de uma pesquisa realizada pelo Governo do Distrito Federal. Naquela publicação, houve um estudo detalhado sobre o impacto do turismo na economia do Distrito Federal, com base em uma pesquisa qualitativa abrangente.

O primeiro dado relevante analisado é a participação do turismo no PIB do Distrito Federal, ou seja, a porcentagem correspondente aos setores turísticos conhecidos como Atividades Características do Turismo (ACTs). Os setores são sete: alojamento, alimentação, transporte, serviços auxiliares de transporte, agências de viagem, aluguel de transporte e cultura e lazer. Em 2002, a soma da produção das riquezas desses setores, segundo Distrito Federal (2023a), era de 2,91%.

Nos últimos anos, sobretudo nos últimos quatro, como conhecido no senso comum e comprovado cientificamente por Tomé (2020), o turismo foi um dos setores mais atingidos pela pandemia de covid-19. A primeira reação do setor produtivo foi a demissão de trabalhadores. Isso explica a inércia quase tímida do turismo na economia brasileira, uma vez que somente em 2023 os números pré-pandemia começaram a ser alcançados. Em 2022, último ano pesquisado pelo Anuário do Turismo, a participação do turismo no PIB foi de 2,52%. Houve uma diminuição clara, embora tímida, na última década. Essa queda foi catalisada pelo aumento dos preços e das passagens aéreas, o que dificultou a frequência de viagens e a realização de eventos.

Outro fator que pode ter afetado o setor pode ser compreendido a partir da pesquisa de Austregésilo e Melo (2020), que são incisivos ao argumentar que a internet é um elemento primordial na moldagem de tendências no turismo, sobretudo em cidades com segmentação em turismo de eventos e negócios, como Brasília.

Pela facilidade proporcionada pelo meio informacional, bem como pela redução de custos relacionados à realização de eventos, como acomodação de palestrantes, coffee-break, souvenirs,

**ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE  
TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE  
BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024**

contratação de intérpretes, entre outros, o fluxo de turistas nessas localidades pode sofrer impactos negativos. Tais fatores podem ter afetado o turismo em Brasília.

Quanto à geração de empregos, este artigo observa os mesmos dados utilizados pelo IBGE, com base nos setores classificados como ACTs. Na primeira pesquisa, em 2002, havia cerca de 28.694 trabalhadores na área de turismo, em um universo de 1,09 milhão de trabalhadores economicamente ativos, o que representava uma amostra de 2,63%, conforme dados da antiga Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) (DISTRITO FEDERAL, 2023a).

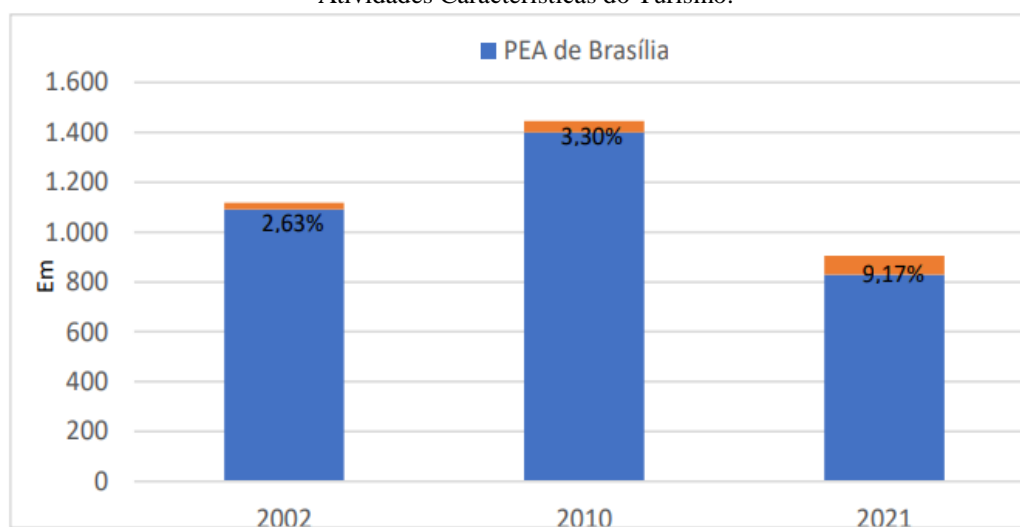
Já em 2010, quase uma década depois, a força de trabalho brasiliense era de 1,4 milhão de trabalhadores, dos quais 46.213 estavam empregados nas áreas de turismo, representando um aumento de cerca de 0,5% em relação a 2002 (DISTRITO FEDERAL, 2023b). No mesmo documento, observa-se que, dentro dessa amostra, a maior parte dos empregos, cerca de 25%, estava concentrada unicamente no setor de alimentação e bebidas, como restaurantes, bares e similares.

Em 2021, de acordo com a base estatística do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2023b), os dados do RAIS indicaram um saldo positivo entre demissões e admissões nas ACTs, conforme informações do CAGED. Em 2021, no setor de alimentação, houve a demissão de 26.528 trabalhadores e a contratação de 30.977. Na área de transporte, foram dispensados 1.554 trabalhadores e contratados 1.665.

Ao observar o panorama de Brasília, de um total de 829.503 trabalhadores economicamente ativos, havia 76.127 trabalhadores na área de turismo, sendo a maior parte empregada no setor de alimentação. Dessa forma, é possível apontar, conforme o Gráfico 1, que o número de empregos gerados pelo turismo aumentou ao longo de duas décadas, enquanto a quantidade total de empregos na cidade recuou. Presume-se, assim, que o turismo passou a ter um peso maior na geração de empregos e na empregabilidade, o que pode indicar uma consolidação do setor na cidade.

## ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024

**Gráfico 1.** Relação da população economicamente ativa – PEA de Brasília versus empregos ativos nas Atividades Características do Turismo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Em maio de 2010, no governo Rogério Rosso (2010-2011), de centro-direita, em decorrência das ações de descentralização promovidas pelo Programa de Regionalização do Turismo, foi realizada a primeira reunião que reuniu governo, sociedade civil e setor produtivo. Assim, foi instalado o CONDETUR. Ao longo de 2010, houve, ao todo, seis reuniões.

Como descrito em seu decreto de instalação (Decreto 31.733/2010), o CONDETUR é composto por membros do Governo do Distrito Federal (35%) e representantes de fora do governo (65%). As principais atribuições do órgão colegiado do turismo da Região Turística de Brasília são: apoio à infraestrutura local e ao setor produtivo; proposição de diretrizes para a política pública; e ações para atrair mais turistas.

Durante o governo Agnelo Queiroz (2011-2015), do Partido dos Trabalhadores, a importância do CONDETUR foi maximizada. A motivação disso foi reforçar o alinhamento do Distrito Federal ao Programa de Regionalização do Turismo e à lógica da instância de governança regional. Além disso, com a proximidade da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em que Brasília foi a segunda cidade-sede a receber mais jogos, e da Copa das Confederações de 2013, o CONDETUR também passou a ser um instrumento de controle para o monitoramento do andamento das obras, inclusive com visitas técnicas de seus membros a estruturas em construção – como o Estádio Mané Garrincha – realizadas de forma rotineira.

Essa importância é evidenciada ao se analisar a quantidade de reuniões no quadriênio sob a liderança do Secretário de Turismo Octávio Neves, ligado ao setor de eventos, durante todo o governo

**ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE  
TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE  
BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024**

petista: em 2011, foram seis reuniões; em 2012, doze; em 2013, doze; e em 2014, sete, sendo a maioria delas, exceto duas, realizadas no primeiro semestre, ou seja, antes do megaevento.

Em 2015, com a chegada do governo Rollemberg (2015-2019), do Partido Socialista Brasileiro, não houve alterações institucionais nas demandas nem nas finalidades do CONDETUR. Durante todo o período, o secretário da área foi Jaime Recena, então presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes do Distrito Federal (ABRASEL-DF) e membro do colegiado até dezembro de 2014.

Durante sua gestão, o número de reuniões do CONDETUR diminuiu com o passar dos anos e focou ainda mais em uma agenda “doméstica”, ou seja, direcionada à eficiência da gestão pública. Em 2015 e 2016, ocorreram cinco reuniões por ano; em 2017, quatro; e em 2018, ano eleitoral, somente três reuniões, o que demonstra, em tese, um esvaziamento do protagonismo do CONDETUR.

Em 2019, com a nova gestão liderada por Ibaneis Rocha (2019-atualidade), da ala direitista do centrista MDB, sob a liderança da secretária Vanessa Mendonça, em decorrência da pandemia de COVID-19, houve uma diminuição drástica no número de reuniões e nas finalidades do CONDETUR. Em 2019, ano anterior à pandemia, houve apenas uma reunião.

Em 2020, já no período de alastramento da doença, foram realizadas cinco reuniões, todas virtuais e direcionadas à discussão de financiamentos para o setor de turismo, em decorrência dos inúmeros lockdowns instituídos. Esse aumento, embora mínimo, reflete a urgência da atuação do poder público para mitigar as perdas econômicas. Em 2021, com o início da retomada, não houve reuniões do CONDETUR. Em 2022, ano eleitoral, ocorreram quatro reuniões, caracterizadas pela retomada das atividades e pelo início de políticas de turismo menos focadas nas consequências da pandemia.

Em 2023, houve uma reunião, em abril, para a apresentação do novo secretário, Cristiano Araújo, filiado ao centro-direitista PSD, cuja trajetória inclui o cargo de deputado distrital e uma derrota nas eleições de 2022 para a Câmara Legislativa do Distrito Federal. A reunião teve como objetivo apenas apresentar os 100 primeiros dias de gestão. Até o final de 2023, não houve outra reunião marcada.

Esse parâmetro está alinhado ao anterior, pois a descentralização da política, sob o aspecto da institucionalidade, ocorre na instância regional de governança. Por isso, para compreender este parâmetro, é essencial analisar a democratização no âmbito do CONDETUR.

Conforme discutido por Gastal e Moesch (2007), é essencial que uma política de turismo contemple duas funções: a democratização do acesso de turistas aos equipamentos turísticos e a democratização da gestão da própria política. As autoras argumentam que, na historicização da gestão

**ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE  
TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE  
BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024**

pública do turismo brasileiro, nunca houve uma iniciativa em que a participação social fosse protagonista.

Segundo as autoras, é primordial que uma ação governamental promova uma integração ativa entre os diferentes sujeitos, incluindo os moradores locais. Isso porque, como justificam, o turismo tende a ser mais participativo, e seus benefícios, mais amplos e positivos para a maioria da população, quando observado e planejado sob essa perspectiva.

Como investigação, deve-se observar como a materialização da democratização ocorre no âmbito do CONDETUR. Primeiramente, é importante destacar que o órgão colegiado é unicamente consultivo, responsável por propor ideias, fomentar diálogos e elaborar proposições, enquanto a palavra final cabe sempre à Secretaria de Turismo do Distrito Federal. As reuniões são fechadas ao público, e o único meio de acesso é por atas, que são publicadas no site da Secretaria de Turismo do Distrito Federal.

Além disso, é necessário observar a composição do CONDETUR. Segundo o Decreto 31.733/2010, há uma definição clara de quem são os sujeitos que possuem assento permanente no conselho. Conforme mencionado anteriormente, o site do organismo, hospedado no portal da Secretaria de Turismo, informa que 65% dos membros não pertencem ao setor estatal, o que, em tese, comprovaria a ampla participação social desejada pelo Programa de Regionalização do Turismo.

No entanto, conforme ilustrado no Quadro 1, ao se analisar detalhadamente esses sujeitos e categorizá-los em três grupos (Estado, sociedade civil e setor produtivo), percebe-se que essa democratização não é tão profunda quanto indicado pela Secretaria de Turismo.

# ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024

**Quadro 1.** Membros permanentes no CONDETUR elencados nos seguintes grupos: setor produtivo, Estado e membros da sociedade civil

<b>Representantes do setor produtivo</b>	<b>Representantes do Governo Distrital</b>	<b>Representantes da sociedade civil</b>
ABIH-DF	Secretaria de Turismo	SINGTUR-DF Sindicato dos guias de turismo do Distrito Federal
ABAV-DF	Secretaria de Fazenda	CET/UnB
ADVB-DF	Secretaria de Governo	Fórum das Instituições de Ensino Superior de Turismo do Distrito Federal
ABRASEL-DF	Secretaria de Cultura	
ABBTUR-DF	Secretaria de Educação	
ABLA-DF	Secretaria de Obras	
ABARE-DF	Secretaria de Esportes	
ACDF	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	
Brasília Convention Bureau	Secretaria de Planejamento	
SINDHOBAR-DF	Secretaria de Trabalho	
SEBRAE-DF	Secretaria do Meio Ambiente	
FECOMERCIO-DF	Secretaria de Relações Internacionais	
FIBRA-DF		
SINDETUR-DF		
SINDEVENTOS-DF		
ABCM-DF		
RURALTUR-DF		

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Na separação entre os grupos, a grande maioria está representada pelo setor produtivo. Os representantes da sociedade civil (Sindicato dos Guias do Distrito Feder – SINGTUR-DF, Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – CET/UnB e o Fórum das Instituições de Ensino Superior de Turismo do Distrito Federal – FIESTUR-DF) correspondem a cerca de 10% do total de integrantes. Dentro da amostra de 65%, que o Governo do Distrito Federal argumenta ser a concretização da participação social, representam pouco mais de 4%.

Presume-se que, em uma reunião, o setor produtivo tenha maior poder sobre os demais sujeitos. Conforme argumenta Kingdon (1995), esse grupo político possui maior capacidade de barganha política, econômica e de lobby para a criação de uma rede de interesses e coalizões entre seus pares. Quando a política pública é vista como uma arena de disputa política, como defende Rua (1997), os grupos com maior capacidade tendem a obter mais vitórias. A iniciativa privada conta, no CONDETUR, com cerca de 60% dos componentes totais, mais do que o próprio governo. Santos (2011) argumenta que, quando as políticas são compostas com uma maior presença do setor produtivo, isso pode ser prejudicial:



## ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024

A tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais. Dentro desse quadro, a política das empresas – isto é, sua *policy* – aspira e consegue, mediante uma *governance*, tornar-se política; na verdade, uma política de interesses privatísticos de uma empresa que não tem compromisso com a sociedade local (SANTOS, 2011. p.107).

Essa posição tende a afastar qualquer iniciativa de participação social e, conseqüentemente, a exclusão do morador local, que é o principal impactado pelo turismo. Exceto o CONDETUR, não há nenhuma outra política ou instância de governança que incentive a participação social nas políticas públicas de turismo da Região Turística de Brasília, o que impede que tais políticas atinjam plenamente as diretrizes de desenvolvimento socioeconômico, fundamentais para a formulação do Programa de Regionalização do Turismo.

### 4 Considerações Finais

O presente trabalho trouxe importantes contribuições ao debate sobre o PRT em Brasília, especialmente ao adotar uma abordagem crítica que integra análises qualitativas e quantitativas. Os resultados elucidaram como a política promoveu avanços na dinamização econômica e na descentralização administrativa, destacando o aumento da geração de empregos no setor turístico e a institucionalização do CONDETUR. Além disso, a análise revelou a lacuna existente na democratização política, oferecendo uma visão abrangente dos desafios associados à implementação do PRT. Este diagnóstico pode servir como uma ferramenta valiosa para gestores públicos e acadêmicos interessados em compreender e aprimorar as políticas públicas de turismo.

O Programa de Regionalização do Turismo, em vigor desde 2004, carece de acompanhamento contínuo para avaliar o alcance de suas premissas principais: dinamização econômica, descentralização administrativa e democratização política. Em Brasília, a dinamização é perceptível na geração de empregos, mas limitada na criação de renda, com a contribuição do turismo ao PIB permanecendo estável em cerca de 3%. A descentralização administrativa avançou com a criação do CONDETUR, mas sua atuação perdeu relevância, tornando-se um fórum de "escuta" com reuniões pouco frequentes. Já a democratização política enfrenta desafios significativos, com baixa representatividade social no CONDETUR, dominado por representantes do setor produtivo.

A pesquisa conclui que, embora o turismo tenha contribuído para a economia local e a descentralização tenha sido parcialmente alcançada, a democratização foi limitada, restringindo a participação social e reforçando o poder do setor produtivo. Sugere-se ampliar a representatividade do

## ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024

conselho, incluir mecanismos de participação pública e adotar práticas mais inclusivas nas decisões relacionadas à política de turismo.

Entretanto, algumas limitações foram identificadas. A principal diz respeito à dificuldade de acessar dados mais recentes e detalhados sobre a composição socioeconômica dos participantes do CONDETUR e sobre os impactos locais das decisões deliberativas. Além disso, a análise concentrou-se em Brasília, o que limita a generalização dos achados para outras regiões turísticas. Para estudos futuros, sugere-se a ampliação da pesquisa para outras regiões integradas ao PRT, permitindo comparações entre diferentes realidades territoriais. Ademais, seria relevante incorporar métodos de pesquisa participativa que incluam entrevistas com atores locais e turistas, a fim de capturar percepções diretas sobre o impacto das políticas. Por fim, estudos futuros podem explorar o potencial da tecnologia digital para promover maior inclusão e democratização na gestão das políticas públicas de turismo.

### Referências

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL. **Anuário de turismo em 2022: dados econômicos**. Disponível em: <https://www.turismo.df.gov.br/tag/anuario-estatistico/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

AUSTREGÉSILO, W. F.; MELO, K. J. P.; SOARES, J. R. R. A influência das novas tecnologias digitais na mudança comportamental dos turistas. **ROTUR - Revista de Ocio y Turismo**, v. 14, n. 1, p. 60-71, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Turismo. **Brasil recebe mais de 4 milhões de turistas estrangeiros até agosto**. Disponível em: <https://embratur.com.br/2023/09/14/brasil-recebe-mais-de-4-milhoes-de-turistas-estrangeiros-ate-agosto/>. Acesso em: 16 nov. 2023a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatística RAIS e CAGED**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 16 nov. 2023b.

BUCCI, M. P. D. Políticas públicas e direito administrativo. **Revista de Informação Legislativa**, v. 34, n. 133, p. 89-98, 1997.

**ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE  
TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE  
BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024**

CARNEIRO, L. M. **Contradições conceituais do Programa de Regionalização do Turismo e suas implicações na execução – Estudo de caso: Distrito Federal**. 2014. 196 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CHAVES, T.; SECCHI, L. O plano nacional de turismo brasileiro (2003-2022): uma análise do processo de formação da agenda regional. **ReAT – Revista Eletrônica de Administração e Turismo**, v. 16, n. 1, p. 134-148, 2022.

CONCEIÇÃO, C. C. Modelo analítico de governança regional de turismo – MAGRET. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, p. 123-139, 2020.

DISTRITO FEDERAL. Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal. **Distrito Federal em síntese: informações socioeconômicas e geográficas**. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Síntese-de-Informações-Socioeconômicas-e-Geográficas-2012.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023a.

DISTRITO FEDERAL. Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal. **Brasília em debate**. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Brasília-em-Debate-01.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023b.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Turismo do Distrito Federal. **Dados do Turismo do Distrito Federal – 2023**. Disponível em: <https://turismo.df.gov.br/visitas-de-turistas-estrangeiros-a-brasilia-aumentam-mais-de-33/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

FERNANDES, S. W. R. A inserção do espaço geográfico na política de turismo. In: STEINBERGER, M. (Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

GALVÃO, T. G. América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, p. 63-80, 2009.

GASTAL, S.; MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policies**. New York: Longman, 1995.

PAULA, A. T.; MOESCH, M. Pela transversalidade da questão social nas políticas públicas setoriais: um ensaio sobre as políticas públicas de turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 13, n. 2, 2013.

PINHEIRO, I. F.; MARACAJÁ, K. F.; CHIM-MIKI, A. F. Política pública de regionalização do turismo: um estudo sobre a participação social no Polo de Turismo Seridó. **Turismo: Visão e Ação**, v. 22, p. 162-184, 2020.

**ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE  
TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE  
BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024**

ROCHA, J. M.; JUNIOR, D. S. M.; SANTOS, H. P. Turismo e espaço: considerações sobre o Programa de Regionalização do Turismo. **Revista Turismo**, Ano XII, n. 22, v. 16, p. 93-108, jun. 2007.

RODRIGUES, M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2015.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. Manuscrito para o Programa de Apoio à Gerência Social no Brasil. **Banco Interamericano de Desenvolvimento – INDES**, 1997.

SANCHO, A.; IRVING, M. A. Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da inclusão social. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 10, n. 3, p. 103-120, 2010.

SANSOLO, D. G.; CRUZ, R. C. A. Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 3, n. 4, p. 1-6, 2003.

SANTOS, F. M. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 1, p. 383-387, maio 2012.

SANTOS, M. **Por uma nova globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

SCHMIDT, M. F. **Nova história crítica**. São Paulo: Editora Nova Geração, 1999.

SILVA, P. P. O. **O potencial de Brasília para o turismo de eventos**. 2007. 98 f. Monografia (Especialização em Gestão de Negócios em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SOUSA, D. D. de. **Políticas públicas de Turismo no Distrito Federal e a relação com o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. 2015. 87 f. Monografia (Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SOUSA, D. D. de. **O uso do território e suas homogeneizações e heterogeneizações na política de turismo na Região Turística de Brasília**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SOUSA, D. D. de. Propostas políticas para o turismo dos candidatos Lula, Bolsonaro, Ciro e Tebet para o quadriênio 2023-2027. **Revista Turismo em Análise**, v. 33, n. 2, p. 293-307, 2022.

**ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE  
TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DE  
BRASÍLIA: ENTRE 2004 E 2024**

SOUSA, D. D. de. A economia política do turismo. **Ateliê do Turismo**, v. 7, n. 2, p. 260-280, 2023.

STOLOWICZ, B. O “Pós-Neoliberalismo” e a reconfiguração do capitalismo na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 14, n. 2, p. 189-215, 2020.

TOMÉ, L. M. **Setor de turismo: impactos da pandemia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2020.

TRENTIN, F.; FRATUCCI, A. C. Política nacional de turismo no Brasil: da municipalização à regionalização. **Tourism & Management Studies**, v. 1, p. 839-848, 2011.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Impacto do turismo na economia do Distrito Federal**. Brasília: SENAC, 2010.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2007.